



nº1/2015 | distribuição gratuita | informação | participação | cidadania - Edição da Câmara Municipal de Alvaiázere



boletim
MUNICIPAL
janeiro

Ficha Técnica:

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Alvaiázere | Diretor: Paulo Tito Morgado (presidente) | Procesamento e organização de conteúdos: Unidade Orgânica Administrativa e Financeira | C ordenação, paginação, revisão e distribuição: Unidade Orgânica Administrativa e Financeira | Periodicidade: Mensal | Tiragem: 50 exemplares | ISSN: 2182-8636 | Depósito legal: 212350/04

CÂMARA MUNICIPAL

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 07 DE JANEIRO
DE 2015**

DELIBERAÇÕES

**RESOLUÇÃO DE REQUERER A DECLARAÇÃO
DE UTILIDADE PÚBLICA DE PARCELA DE
TERRENO (R5755) NA OBRA
"REQUALIFICAÇÃO URBANA – SEICEIRA E
LIGAÇÕES – FARROIO A PUSSOS" –
REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA EM
REUNIÃO DE CÂMARA DE 01/09/2014**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e, com base na proposta do Senhor Presidente, deliberou:

1-Desistir totalmente da expropriação e, consequentemente, revogar a deliberação tomada na reunião de Câmara do dia 1 de setembro, nos termos do preceituado na alínea vv) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugada com o art.º 138.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na sua atual redação.

2-Comunicar a revogação da deliberação à Direção Geral das Autarquias Locais.

(Aprovado por unanimidade)

**EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO URBANA
– SEICEIRA E LIGAÇÕES – FARROIO A
PUSSOS" - AQUISIÇÃO DO PRÉDIO
INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL RÚSTICA
SOB O N.º 5755 DA FREGUESIA DE
PUSSOS SÃO PEDRO;**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção da Senhora Vereadora Teodora Cardo:

1. Avocar a competência para adquirir bens imóveis, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 33.º, conjugado com o n.º 1 do

art.º 34.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do n.º 2 do art.º 39.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação;

2. Adquirir, pelo valor total de €8.000,00 (oito mil euros), o prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 5755 da freguesia de Pussos São Pedro e descrito na Conservatória do Registo Predial de Alvaiázere sob o n.º 1215 da freguesia de Pussos, que possui uma área total de 1.310,00m², sito no lugar de Farroio, propriedade de Arlindo Batista Branco e de Maria José Ideias da Silva Branco, casados sob o regime da comunhão geral, ambos residentes na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 92, 3.º Porta 6, 2490-548 Ourém, sendo o prédio composto por terra de cultura com 21 oliveiras e 2 fruteiras, que possui as seguintes confrontações: norte – António Marques Dourado, sul – Estrada, nascente – Joaquim Simões e poente – Estrada;

3. Delegar competências no Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal – Paulo Tito Delgado Morgado, para outorgar escritura pública de compra e venda;

4. Aprovar a despesa, com o n.º sequencial de cabimento 9592, a onerar a classificação orgânica: 0102 e Classificação económica 07030308 e GOP: 03 002 2013/94, sendo que, apesar de existirem, nesta data, fundos disponíveis negativos, a Câmara Municipal entende que, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), o interesse público subjacente à aquisição desta parcela de terreno é superior à LCPA porquanto, esta é indispensável à prossecução da empreitada "Requalificação Urbana – Seiceira e Ligações – Farroio a Pussos", sob pena de indemnização ao empreiteiro.

(Aprovado por maioria)

**CONCURSO DE IDEIAS DE
EMPREENDEORISMO – CIMRL, FINAL
MUNICIPAL;**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1 – Aprovar as linhas orientadoras para avaliação das ideias de negócio a serem apresentadas pelos diversos concorrentes na final municipal de empreendedorismo;

2-Autorizar a despesa relativa à atribuição de prémios da final municipal.

As linhas orientadoras dão-se, para todos os devidos e legais efeitos, por transcritos na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar devidamente rubricado por todos os elementos do Órgão Executivo.

(Aprovado por maioria)

**MOBILIDADE INTERNA – EMISSÃO
PARECER FAVORÁVEL - ART.º 51.º DA LEI
N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO**

A Câmara municipal tomou conhecimento e deliberou, conceder parecer favorável à prorrogação excecional das mobilidades internas intercategorias aos assistentes operacionais António Carvalho das Neves, Lucinda Maria Gonçalves Barros Miguel e Paulo Jorge Marques Ferreira, os quais se encontram, desta forma, na categoria de encarregados operacionais, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 51.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE/2015), cuja remuneração corresponde à 1.ª posição remuneratória, nível 8 da categoria de encarregado operacional, nos termos conjugados do disposto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 51.º e n.º 3 do art.º 38.º, todos da LOE/2014, bem como do artigo 153.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

(Aprovado por unanimidade)

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21 DE JANEIRO
DE 2015**

**NOMEAÇÃO DE DIRETOR DE POLO DA SICÓ
FORMAÇÃO - SOCIEDADE DE ENSINO
PROFISSIONAL, S.A. - POLO DE ALVAIÁZERE
DA ESCOLA TECNOLÓGICA E PROFISSIONAL
DE SICÓ E EMISSÃO DE PARECER
FAVORÁVEL À CEDÊNCIA DE INTERESSE
PÚBLICO, NOS TERMOS DO N.º 3,
CONJUGADO COM O N.º 4, AMBOS DO
ARTIGO 51.º DA LOE/2015;**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1. A nomeação do Técnico Superior deste Município Abílio Miguel Marques Carvalho como Diretor de Polo de Alvaiázere da Escola Tecnológica e Profissional de Sicó, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 10.º dos Estatutos da ETP Sicó;

2. A emissão de parecer favorável à cedência de interesse público, nos termos do n.º 3, conjugado com o n.º 4, ambos do artigo 51.º da LOE/2015, à nomeação do referido técnico;

3. A notificação desta deliberação ao Presidente do Conselho de Administração da Sicó Formação – Sociedade de Ensino Profissional, S.A.

(Aprovado por unanimidade)

**RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO PARA O
ENQUADRAMENTO DE PESSOAL
DESTINADO A INTEGRAR AS EQUIPAS DE
INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP);**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Renovar, por mais três anos, o Protocolo existente entre a ANPC, a CMA e AHB Alvaiázere, que visa o enquadramento de pessoal destinado a integrar as equipas de intervenção permanente, nos termos da Cláusula Nona do Protocolo Para o Enquadramento de Pessoal Destinado a Integrar as Equipas de Intervenção Permanente;

2. Aprovar a assunção dos encargos para a presente despesa, os quais possuem

cobertura orçamental na rubrica orçamental: 0102/040701 e GOP 01/001/2015/5001, com o cabimento sequencial 10175, cuja plurianualidade foi aprovada aquando da aprovação do orçamento para 2015, pelo Órgão Deliberativo, na sua sessão realizada a 26 de novembro de 2014, nos termos e para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;

3. Tendo em conta a informação prestada pelos Serviços Financeiros, dando conta da existência de fundos disponíveis negativos, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), a Câmara Municipal considera que o interesse público desta despesa, supra referenciado, nomeadamente o facto de ser condição essencial para o concelho de Alvaiázere, a criação de condições que garantam a prontidão na resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens, designadamente em caso de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos, naufrágios, ou outras intervenções no âmbito da proteção civil, se sobrepõe ao interesse público subjacente à LCPA, uma vez que se trata de trabalho imprescindível para a prossecução das atribuições do Município, visando a satisfação do interesse público das populações;

(Aprovado por unanimidade)

**COMISSÃO PORTUGUESA PARA A UNICEF -
ATRIBUIÇÃO DE DONATIVO;**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1- Atribuir 50,00€ (cinquenta euros) à Comissão Portuguesa para a UNICEF, à semelhança do valor atribuído a outras entidades com missões semelhantes.

2- Este donativo tem cobertura orçamental na classificação 0102/040701 e o número sequencial de cabimento é o 10245, sendo

que, apesar da existência de fundos disponíveis negativos para a despesa em apreço, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromisso e Pagamentos em Atraso (LCPA), a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente a esta despesa é superior ao interesse público da Lei dos Compromisso e Pagamentos em Atraso (LCPA), porquanto se trata de um apoio que determinante para que esta entidade mantenha o combate a este flagelo que se revela uma ameaça à humanidade, sendo que a sua atuação se reveste de superior interesse público.

(Aprovado por unanimidade)

**APRESENTAÇÃO DE PRÉ-CANDIDATURAS
PARA A PROMOÇÃO DE ESTÁGIOS NO
ÂMBITO DA 5.ª EDIÇÃO DO PROGRAMA DE
ESTÁGIOS PROFISSIONAIS NA
ADMINISTRAÇÃO LOCAL (PEPAL) - EDIÇÃO
2014;**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou aprovar, a submissão de candidatura ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), contemplando oito estagiários, os encargos a suportar com a mesma, bem como a plurianualidade da despesa, nos termos do disposto nas normas de execução orçamental (NEO), aprovadas pela Assembleia Municipal na sua Sessão realizada a 26 de novembro. As áreas a contemplar são as seguintes:

Serviço Social;

Informática;

Engenharia Eletrotécnica;

Geografia e Planeamento Regional;

Contabilidade e Auditoria;

Arquitetura;

Engenharia Civil;

Gestão das Organizações Desportivas;

(Aprovado por unanimidade)

**EMPREITADA "REQUALIFICAÇÃO URBANA -
SEICEIRA E LIGAÇÕES - FARROIO A PUSSOS" -
AQUISIÇÃO DO PRÉDIO INSCRITO NA MATRIZ
PREDIAL RÚSTICA SOB O N.º 5575 DA
FREGUESIA DE PUSSOS SÃO PEDRO;**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Adquirir, pelo valor total de €1.200,00 (mil e duzentos euros), o prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 5575 da freguesia de Pussos São Pedro, concelho de Alvaiázere, o qual proveio do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2814 da freguesia de Pussos (extinta), descrito na Conservatória do Registo Predial de Alvaiázere sob o n.º 202 da freguesia de Pussos, que possui uma área total de 610,00m², composto por terra de cultura com 4 oliveiras, que possui as seguintes confrontações: norte – estrada nacional, sul – José Dias Mendes, nascente – António Marques Dourado, poente – Manuel Marques, propriedade de Maria José Ferreira de Carvalho, viúva, residente na Rua Visconde Souzel, n.º 43, 3250-389 Pussos;

2. Aprovar a despesa, com o n.º sequencial de cabimento 10260, com a classificação orgânica: 0102, Classificação económica 07030308 e GOP: 03 002 2013/94, sendo que, apesar de existirem, nesta data, fundos disponíveis negativos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), o interesse público subjacente à aquisição desta parcela de terreno é superior à LCPA porquanto, esta é indispensável à prossecução da empreitada “Requalificação Urbana – Seiceira e Ligações – Farroio a Pussos”, sob pena de indemnização ao empreiteiro.

3. Conferir poderes ao Presidente da Câmara para outorgar a respetiva escritura pública de compra e venda.

(Aprovado por maioria)

**GRUPO DESPORTIVO DE ALVAIÁZERE -
CONTRATO PROGRAMA;**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a continuidade do contrato programa celebrado com o Grupo Desportivo de Alvaiázere, nos termos da deliberação tomada a 22 de janeiro do ano

transato, apesar da existência, na presente data, de fundos disponíveis negativos, nos termos e para efeitos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, considerando o interesse público da presente despesa superior ao interesse público da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), porquanto esta permitirá manter os elevados índices de atividade demonstrados e que se revelam essenciais para que haja uma verdadeira oferta desportiva no concelho de Alvaiázere que potencie o assumir de hábitos de vida saudável e o reconhecimento da importância da prática de desporto, por outro lado, o Grupo Desportivo de Alvaiázere tem colaborado com a Câmara Municipal, ao nível da cedência de recursos humanos, em todas as iniciativas de caráter desportivo que venham a ser promovidas, tendo a Câmara Municipal competências para apoiar ou participar, pelos meios adequados, atividades de natureza social, cultural, desportiva e recreativa de interesse para o município, nos termos da alínea u) do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/ 2013, de 12 de setembro.

(Aprovado por unanimidade)

**ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALVAIÁZERE
- PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO;**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, aprovar a continuidade do Protocolo de Colaboração celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere, nos termos da deliberação tomada a 22 de janeiro do ano transato, apesar da existência, na presente data, de fundos disponíveis negativos, nos termos e para efeitos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, considerando que o interesse público da presente despesa é superior ao interesse público da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), o qual visa o apoio municipal à atividade

desenvolvida por aquela associação, o que lhe permitirá manter uma colaboração e cooperação estreita com o Município de Alvaíazere em prol dos interesses da comunidade alvaiazerense, tendo a Câmara Municipal atribuições ao nível da proteção civil, de acordo com alínea j) do n.º 2, artigo 23.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

(Aprovado por unanimidade)

**CONTRATOS EMPREGO INSERÇÃO AO
ABRIGO DA PORTARIA N.º 20-B/2014, DE
30 DE JANEIRO;**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Com vista ao desenvolvimento de atividades socialmente necessárias no Museu Municipal, efetuar uma candidatura Emprego Inserção, com vista à integração de 1 beneficiário de subsídio de desemprego, nos termos da Portaria n.º 20-B/2014, em 30/01/2014, que procedeu à alteração da Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro, alterada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, 164/2011, de 18 de abril, e 378-H/2013, de 31 de dezembro;
2. A assunção dos encargos para a presente despesa, os quais possuem cobertura orçamental nas seguintes rubricas orçamentais: 0102/04.08.02, GOP 2014/25 1 e 0102/02.02.12, GOP 2015/5047 2, com os seguintes cabimentos sequenciais n.ºs 9710 e 10.182, respetivamente, aprovando a sua plurianualidade, nos termos do disposto nas normas de execução orçamental (NEO), aprovadas pelo Órgão Deliberativo na sua sessão realizada a 26 de novembro último, nos termos e para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;
3. Tendo em conta a informação prestada pelos Serviços Financeiros dando conta da existência de fundos disponíveis negativos, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de

fevereiro (LCPA), considera-se que o interesse público desta despesa, já justificado nos pontos 1 e 2 da proposta supra transcrita, se sobrepõe ao interesse público subjacente à LCPA, uma vez que se trata de trabalho imprescindível para a prossecução das atribuições do Município, visando a satisfação do interesse público das populações;

4. Dar poderes ao Sr. Presidente e no seu impedimento à Sra. Vice-Presidente para desenvolver e conduzir os procedimentos que se tornem imprescindíveis para a contratualização e acompanhamento dos beneficiários.

(Aprovado por unanimidade)

CARNAVAL 2015;

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

- 1- Manter o apoio logístico ao Agrupamento de Escolas, para a dinamização da atividade, nomeadamente: garantir o transporte de todos os alunos para a sede do concelho e disponibilização de duas viaturas com sistema de som e respetivos motoristas;
- 2- Manter o fornecimento gratuito das refeições escolares desse dia a todas as crianças do Ensino Pré-escolar e do 1.º CEB que, assim, não terão de entregar a respetiva senha de refeição, embora estejam obrigados à requisição da mesma (prevendo-se uma despesa máxima de cerca de 240,00€);
- 3- Manter a realização do desfile de Carnaval municipal (10.ª edição) no dia 15 de fevereiro de 2015, nos termos deliberados para o ano transato, nomeadamente:
 - 3.1 Com o envolvimento das Juntas de Freguesia na iniciativa;
 - 3.2 Com a atribuição de prémios de participação por categoria - entrudos tradicionais/foliões (individuais) - 10,00 €; entrudos tradicionais/foliões (grupos) -

30,00 € e carros alegóricos - 50,00€). Considerando a realidade do ano transato, aprovando o valor total estimado 1.100,00€, que tem dotação orçamental na classificação 0102/06020305 e GOP 02 004 2015/5015, sendo o número sequencial de cabimento o 10255;

3.3 Com convite à Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Alvaiázere para encerrarem o desfile e oferta de jantar aos seus elementos, com um valor associado à despesa desta refeição, que rondará os 200,00 € (IVA incluído), que deverá onerar a classificação orçamental 0102/06020305 e GOP 02 004 2015/5015, sendo o número sequencial de cabimento o 10255;

3.4 Impressão e distribuição do cartaz de carnaval. No ano transato esta forma de divulgação implicou o valor de cerca de 350,00 €, sendo que a despesa tem dotação orçamental na classificação 0102/06020305 e GOP 02 004 2015/5015, sendo o número sequencial de cabimento o 10255;

3.6. A aprovação do percurso a percorrer pelo curso, bem como o boletim de inscrição.

4. Para a operacionalização das inscrições, devem os entrudos e foliões proceder à sua inscrição na respetiva Junta de Freguesia que, até ao dia 10 de fevereiro de 2015, as devem remeter devidamente preenchidas ao serviço de atendimento da Biblioteca Municipal de Alvaiázere;

5. Os prémios de participação serão processados na semana imediatamente a seguir à realização da atividade mediante confirmação, pelo Gabinete de Apoio à Vereação, de cada uma das participações - cada participante deverá, antes do curso, dirigir-se à Sra. Vereadora da Cultura, Sílvia Lopes, para confirmar a sua presença. Uma vez processados os prémios, será dado conhecimento aos Srs. Presidentes de Junta para que possam transmitir essa informação aos fregueses que participaram na iniciativa.

6. Da presente deliberação deverá ser dado conhecimento ao serviço de contabilidade para que sejam, de imediato, registados os

competentes números sequenciais de compromisso, os quais devem, também, ser referidos no documento de quitação a emitir pela entidade.

7. Apesar da existência de fundos disponíveis negativos, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a Câmara Municipal considera que o interesse público subjacente a esta despesa é superior ao interesse público da LCPA, porquanto se trata de uma atividade que visa a preservação do património cultural alvaiazerense através da dinamização da comunidade, por forma a manter viva uma tradição que tem vindo a consolidar-se e para a divulgação do território e dinamização do comércio local.

(Aprovado por unanimidade)

**COORGANIZAÇÃO DAS MONTARIAS DA
ZONA DE CAÇA MUNICIPAL DE
ALVAIÁZERE COM AS ASSOCIAÇÕES
CINEGÉTICAS DO CONCELHO DE
ALVAIÁZERE - CELEBRAÇÃO DE**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou:

1. Nos termos do disposto na alínea u) do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de um subsídio ao Clube de Caçadores do Concelho de Alvaiázere no valor de €3.000,00, para coorganizar a caçada do dia 21 de fevereiro; e de um subsídio de €2.000,00, à Associação de Caçadores da Freguesia da Palmá, para a montaria do dia 7 do mesmo mês, revertendo as receitas advindas da participação dos caçadores nas montarias para a entidade gestora, de acordo com a legislação em vigor. A despesa está prevista em orçamento, com a classificação orgânica 0102, classificação económica 040701 e GOP 02/007/2015/5040 – Subsídios às Associações e Clubes de caçadores para a realização de montarias, cujo nº sequencial de cabimento é o 10253. Apesar de fundos disponíveis negativos, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), a

Câmara considera que o interesse público subjacente a esta despesa é superior ao interesse público da Lei dos Compromisso e Pagamentos em Atraso (LCPA), porquanto se trata de uma atividade que assume um instrumento fundamental no ordenamento cinegético do concelho de Alvaiázere, e como um importante meio de divulgação do património natural e cultural local, enquadrando-se nas atribuições acometidas aos municípios, nos termos das alíneas e), f) e m) do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

2. A celebração de um protocolo entre o Município de Alvaiázere e as entidades supracitadas, para a realização dos dois eventos cinegéticos;

3. Nos termos do disposto no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo, conferir poderes à Sra. Vice-Presidente Arquitecta Célia Margarida Marques, para a outorga dos protocolos, uma vez que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Paulo Tito Morgado, integra os órgãos sociais da associação do Clube de Caçadores do Concelho de Alvaiázere, encontrando-se, assim, impedido de o fazer;

(Aprovado por maioria)

**PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE
COMPROPRIEDADE - ARTIGO 11.312;**

A Câmara Municipal apreciou este pedido e, conforme preceituado na Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, deliberou, dar parecer favorável à constituição de compropriedade no prédio descrito na informação técnica supra citada, devendo, para o efeito, emitir-se a respetiva certidão.

(Aprovado por unanimidade)

**PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE
COMPROPRIEDADE - ARTIGO 6.122;**

A Câmara Municipal apreciou este pedido e, conforme preceituado na Lei n.º 91/95, de

2 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64/03, de 23 de agosto, deliberou, dar parecer favorável à constituição de compropriedade no prédio descrito na informação técnica supra citada, devendo, para o efeito, emitir-se a respetiva certidão.

(Aprovado por unanimidade)

**LEI N.º 8/2012, DE 21 FEVEREIRO (LCPA) -
AUMENTO TEMPORÁRIO DOS FUNDOS
DISPONÍVEIS;**

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro ratificar o despacho do Excelentíssimo Senhor Presidente, datado de 09 de janeiro do corrente ano, no qual autorizou o aumento temporário e à integração dos fundos disponíveis, nos montantes de 3.788.200,00€ (três milhões setecentos oitenta e oito mil e duzentos euros) - (Fundos Comunitários) e 708.000,00€ (setecentos e oito mil euros) - (IMI), conforme mapa anexo à presente informação e disposto no ponto vii) da alínea f) do artigo 3.º e artigo 4.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que refere que integram ainda os fundos disponíveis outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º, sendo que, ainda assim, os fundos disponíveis apresentam um valor negativo.

(Aprovado por unanimidade)

**CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS -
EMIÇÃO DE PARECER GENÉRICO - ART.º
75.º DA LEI N.º 83-C/2013, DE 31 DE
DEZEMBRO (LOE/2014);**

A Câmara Municipal tomou conhecimento da lista com expressa referência aos respetivos valores de adjudicação, cabimento e compromisso orçamental, relativa a contratos cuja adjudicação ocorreu nos termos previstos no art.º 128.º

do CCP – Regime Simplificado (até €5.000, sem IVA), no decurso do passado mês de dezembro e, concedeu parecer favorável à celebração dos referidos contratos.

(Aprovado por maioria)



GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

DESPACHO

Deliberação - Reunião de Câmara do dia ____/____/____

Não Aprovado ☐

Aprovado por

Maioria

☐

Unanimidade

☐

Tomado conhecimento ☐

Ratificado ☐

Assunto: Nomeação do Responsável das Execuções Fiscais e respetivo Escrivão

Considerando que:

1. A Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – Lei das Finanças Locais (LFL), dispõe no n.º 3 do artigo 56.º que:
Compete aos órgãos executivos a cobrança coerciva das dívidas às autarquias locais provenientes de taxas, encargos de mais-valias e outras receitas de natureza tributária que aquelas devam cobrar, aplicando-se o Código de Procedimento e de Processo Tributário – CPPT, com as necessárias adaptações;
2. A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em vigor desde 1 de janeiro de 2014, veio revogar a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, estando prevista na alínea c) do artigo 15.º a possibilidade dos municípios procederem à cobrança coerciva de impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, nos termos a definir por diploma próprio, pelo que na ausência da publicação do referido diploma, deverá ser dada continuidade à cobrança coerciva das dívidas conforme referido no Ponto 1;
3. Consequentemente, nos termos do disposto no artigo 148.º do CPPT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, tal cobrança efetua-se através de processo de execução fiscal, ocorrendo a sua tramitação nos termos do artigo 149.º, perante o “órgão da execução fiscal” designadamente, o serviço periférico local da administração tributária onde deve legalmente correr a execução;
4. Dispõem os n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei 433/99, de 26 de outubro, que as competências atribuídas no CPPT a órgãos periféricos locais serão exercidas, nos termos da lei, em caso de tributos administrados por autarquias locais, pela respetiva autarquia e as competências atribuídas ao dirigente máximo do serviço ou a órgãos executivos da administração tributária serão exercidas, nos termos da lei, pelo presidente da autarquia;
5. A Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribui ao Presidente da Câmara competências para decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I, bem como lhe atribui o poder de coordenação dos serviços municipais, nos termos do artigo 37.º do Anexo I, pelo que em face do quadro legal, a designação do Responsável pelo Órgão da Execução Fiscal enquadra-se nos preceitos legais referidos, constituindo competência própria do Presidente da Câmara.

Neste sentido, ao abrigo da competência que me é conferida pelas disposições conjugadas dos artigos 10.º n.º 4 do Código de Procedimento e de Processo Tributário, dos n.ºs 1 e 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, da alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º e artigo 37.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos mesmos termos em que este serviço tem sido assegurado, procedo às seguintes designações:

- 1) Responsável pelo serviço de Execuções Fiscais: Luís Jorge Batista Ribeiro – Coordenador Técnico e Tesoureiro da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira – Serviços Gestão Financeira – Subunidade Orgânica de Tesouraria e Atendimento, competindo-lhe exercer todas as funções administrativas inerentes à instrução, liquidação e cobrança de tributos nos processos atinentes à execução fiscal instaurados por esta Câmara Municipal, bem como a prática dos atos cometidos no Código do

Procedimento e Processo Tributário aos “órgãos periféricos locais”, sendo substituído nas suas faltas e impedimentos por Maria Isabel Alves Simões Teodósio – Coordenadora Técnica da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira – Subunidade Orgânica de Recursos Humanos e Expediente;

- 2) Escrivã dos respetivos processos de execução fiscal: Maria Manuela Marques Carvalho Joaquim – Assistente Técnica da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira – Serviços Gestão Financeira – Subunidade Orgânica de Tesouraria e Atendimento, competindo-lhe exercer todas as funções administrativas auxiliares do Responsável pelo serviço de Execuções Fiscais, sendo substituída nas suas faltas e impedimentos pela Assistente Operacional Elsa Margarida Martins Ramos Gomes.

Alvaiázere, 19 de janeiro de 2015

O PRESIDENTE DA CÂMARA

(Paulo Tito Delgado Morgado, Dr.)

Considerando:

- O teor do e-mail que nos foi remetido pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) sobre o assunto "Retenção na fonte do IRS – Sistema de controlo da situação pessoal e familiar", o qual deu entrada no Sistema de Gestão Documental do Município (SGD), sob o registo n.º 295, em 29-01-2015;
- Que os titulares de rendimentos da categoria A do IRS são obrigados a entregar a declaração prevista do n.º 2 do artigo 99.º do Código de IRS, sempre que ocorram alterações na sua situação pessoal ou familiar, para efeitos de aplicação da taxa de retenção de IRS;
- Que na citada comunicação da Autoridade Tributária e Aduaneira é indicado que as incorreções e divergências nas retenções da fonte, vão passar a ser detetadas eletronicamente com uma periodicidade mensal e que constituem infração fiscal, punível com coima que pode chegar aos €3.750,00 ou aos €22.500,00, quando há falsidade na declaração entregue.
- Que nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é competência do Presidente da Câmara Municipal "Decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direção dos recursos humanos afetos aos serviços municipais";
- Que por despacho exarado a 24 de outubro de 2013, as competências atribuídas ao Presidente da Câmara quanto à gestão de recursos humanos, foram delegadas na Vice-Presidente da Câmara Municipal.

Determino que:

- Todos os trabalhadores do Município deverão apresentar, até ao dia 16 do próximo mês de Fevereiro, na Subunidade Orgânica de Recursos Humanos e Expediente, devidamente preenchida e assinada, a declaração prevista no n.º 2 do artigo 99.º do Código do IRS, donde conste a sua situação pessoal ou familiar, para efeitos de aplicação da taxa de retenção de IRS legalmente previstas, sob pena de poderem ser responsabilizados por qualquer incorreção ou divergência que possa advir dessa não apresentação.

Município de Alvaiazere, 29 de janeiro de 2015

No uso de competências delegadas,
(despacho do Senhor Presidente exarado a 24-10-2013)

A Vice-Presidente da Câmara,


(Célia Margarida Gomes Marques, Arq.)

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

(PREÂMBULO)

Aos ____ do mês ____ do ano de dois mil e quinze, nesta Vila de Alvaiazere, no Edifício dos Paços do Concelho;

Considerando que:

- A Zona de Caça Municipal (ZCM) de Alvaiazere (processo n.º 3272 – AFN), criada pela portaria n.º 1054/2003, de 24 de setembro, ao abrigo da Lei n.º 173/99, de 21 de setembro, posteriormente renovada pela Portaria n.º 945/2009, de 21 de agosto, cuja entidade gestora é o Município de Alvaiazere, proporciona o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições especialmente acessíveis, assumindo-se como um instrumento fundamental no ordenamento cinegético do concelho de Alvaiazere;
- O Plano Anual de Exploração da ZCM de Alvaiazere, para a época venatória de 2014/2015, prevê a realização de uma montaria no dia 07 de fevereiro de 2015;
- Estes eventos cinegéticos assumem-se como de extrema relevância para a promoção do território do concelho, nomeadamente, do seu património natural e cultural;
- A realização de caçadas, por este processo venatório em específico, exige meios logísticos e operacionais consideráveis.

Entre:

O **Município de Alvaiazere**, com sede na Praça do Município, 3250-100 Alvaiazere, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva de direito público n.º 506 605 949, na qualidade de entidade gestora da ZCM de Alvaiazere, adiante designada por entidade gestora, representado neste ato pela Senhora Vice-Presidente desta Câmara Municipal, Célia Margarida Gomes Marques, portadora do cartão de cidadão número 11358562 4 ZZ5, válido até 2 de março de 2016, emitido pelo Estado Português, número de identificação fiscal 166089087, casada, licenciada em Arquitetura, natural da freguesia e concelho de Alvaiazere, residente na freguesia e concelho de Condeixa-a-Nova, na Urbanização Quinta Nova, lote 16, 3.º frente, 3150-195 Condeixa-a-Nova, com poderes para o ato, conferidos na reunião pública da Câmara Municipal realizada a ____ de janeiro de 2015;

O **Associação de Caçadores da Freguesia de Pelmá**, adiante designado por Associação de caçadores, neste ato representado pelo Presidente da Direção, Sr. Jorge



Manuel Graça Marques, portador do cartão de cidadão número 098638507 3zz4, válido até 17/11/2013, emitido pelo Estado Português, número de identificação fiscal 197097650, solteiro, natural e residente na freguesia de Pelmá e concelho de Alvaiázere, na rua da Escola – Marques, 3250-326 Pelmá, com poderes para o ato, conferidos na _____;

É celebrado o presente Protocolo, nos termos das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(OBJETO)

Constitui objeto deste protocolo a especificação das obrigações da Associação de Caçadores, respeitantes à colaboração desta entidade com a entidade gestora, na prossecução da montaria do dia 7 de fevereiro de 2015, nomeadamente:

- a) Garantir a cedência do espaço físico necessário e adequado para a receção e inscrição dos participantes, bem como para a realização das refeições fornecidas ao longo do dia;
- b) Garantir a participação de matilhas de cães de caça, em número adequado;
- c) Acompanhar todo o ato venatório, garantindo a existência de todos os meios para o seu normal e correto desenvolvimento;
- d) Garantir a distribuição dos caçadores/participantes pelas portas, a sua recolha no final da jornada, bem como a recolha das reses abatidas;
- e) Providenciar o serviço de refeições adequado a todos os participantes.

CLÁUSULA SEGUNDA

(SUBSÍDIO)

Para permitir a concretização e implementação das tarefas e obrigações supratranscritas, à Associação de Caçadores, a entidade gestora atribui um subsídio no valor de €2.000,00.

CLÁUSULA TERCEIRA

(RESPONSABILIDADES)

1. A entidade gestora assegura a comparticipação dos recursos financeiros mencionados anteriormente.



2. A Associação de Caçadores assegura a operacionalização e efetivação das tarefas objeto deste protocolo.

CLÁUSULA QUARTA

(VALIDADE)

1. O presente protocolo produz efeitos a partir do momento da sua assinatura e caducará com a realização da atividade em causa.

CLÁUSULA QUINTA

(Disposições Finais)

1. Em tudo quanto não se encontre expressamente regulado no presente protocolo, observar-se-á o disposto na lei geral aplicável;
2. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa que não sejam sanados por acordo entre as partes, serão submetidos a arbitragem, nos termos Legais.

A minuta deste protocolo foi aprovada pela Câmara Municipal em __ de janeiro de 2015.

A despesa resultante deste protocolo no valor de €2.000 (dois mil euros) encontra-se cabimentada no orçamento municipal em vigor. A verba de €2.000 (dois mil euros) está prevista na classificação económica _____ e GOP _____. Os números de compromisso para esta despesa é o _____.

Do documento de quitação deverá constar o número do compromisso válido e sequencial, conforme o disposto na lei numero 7/____, de __ de _____, e no Decreto-lei numero 127/2012, de 21 de junho sob pena de devolução imediata.

Para efeitos do cumprimento da lei numero 8/2012, de fevereiro e do disposto no Decreto-Lei numero 127/2012, de 21 de junho, anexam-se as fichas de compromisso válido e sequencial.



Prevalece sobre o presente protocolo o previsto na lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, nos termos do seu artigo 13.º, e o disposto no Decreto-Lei numero 127/2012, de 21 de junho, obrigando-se as partes ao seu escrupuloso cumprimento.

Alvaiázere, __ de _____ de 2015

A Vice-Presidente da Câmara Municipal
de Alvaiázere

O Presidente da Direção da Associação
de Caçadores da Freguesia de Pelmá

(Arq. Célia Margarida Gomes Marques)

(Jorge Manuel Graça Marques)

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

(PREÂMBULO)



Aos ____ do mês ____ do ano de dois mil e quinze, nesta Vila de Alvaiázere, no Edifício dos Paços do Concelho;

Considerando que:

- A Zona de Caça Municipal (ZCM) de Alvaiázere (processo n.º 3272 – AFN), criada pela portaria n.º 1054/2003, de 24 de setembro, ao abrigo da Lei n.º 173/99, de 21 de setembro, posteriormente renovada pela Portaria n.º 945/2009, de 21 de agosto, cuja entidade gestora é o Município de Alvaiázere, proporciona o exercício organizado da caça a um número maximizado de caçadores em condições especialmente acessíveis, assumindo-se como um instrumento fundamental no ordenamento cinegético do concelho de Alvaiázere;
- O Plano Anual de Exploração da ZCM de Alvaiázere, para a época venatória de 2014/2015, prevê a realização de uma montaria no dia 21 de fevereiro de 2015;
- Estes eventos cinegéticos assumem-se como de extrema relevância para a promoção do território do concelho, nomeadamente, do seu património natural e cultural;
- A realização de caçadas, por este processo venatório em específico, exige meios logísticos e operacionais consideráveis.

[Handwritten signatures in blue ink: a large 'A', 'J. Mendes', 'Card', and 'Lep']

Entre:

O **Município de Alvaiázere**, com sede na Praça do Município, 3250-100 Alvaiázere, titular do cartão de identificação de pessoa coletiva de direito público n.º 506 605 949, na qualidade de entidade gestora da ZCM de Alvaiázere, adiante designada por entidade gestora, representado neste ato pela Senhora Vice-Presidente desta Câmara Municipal, Célia Margarida Gomes Marques, portadora do cartão de cidadão número 11358562 4 ZZ5, válido até 2 de março de 2016, emitido pelo Estado Português, número de identificação fiscal 166089087, casada, licenciada em Arquitetura, natural da freguesia e concelho de Alvaiázere, residente na freguesia e concelho de Condeixa-a-Nova, na Urbanização Quinta Nova, lote 16, 3.º frente, 3150-195 Condeixa-a-Nova, com poderes para o ato, conferidos na reunião da Câmara Municipal realizada a ____ de janeiro de 2015;

O **Clube de Caçadores do Concelho de Alvaiázere**, adiante designado por Clube de Caçadores, neste ato representado pelo Presidente da Direção, Sr. Luís Miguel



Carvalho Guerreiro; portador do cartão de cidadão número 10647904 0 ZZ7, válido até 29 de março de 2017, emitido pelo Estado Português, número de identificação fiscal 198355629, casado, natural da freguesia e concelho de Alvaiázere e residente na freguesia e concelho de Alvaiázere, na Rua Estrada Nossa Senhora dos Covões, n.º 146, Pé-da-Serra, 3250-158 Alvaiázere, com poderes para o ato, conferidos pela alínea a), do artigo 25.º, dos Estatutos do Clube de Caçadores.

É celebrado o presente Protocolo, nos termos das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(OBJETO)

Constitui objeto deste protocolo a especificação das obrigações do Clube de Caçadores, respeitantes à colaboração desta entidade com a entidade gestora, na prossecução da montaria do dia 21 de fevereiro de 2015, nomeadamente:

- a) Garantir a cedência do espaço físico necessário e adequado para a receção e inscrição dos participantes, bem como para a realização das refeições fornecidas ao longo do dia;
- b) Garantir a participação de matilhas de cães de caça, em número adequado;
- c) Acompanhar todo o ato venatório, garantindo a existência de todos os meios para o seu normal e correto desenvolvimento;
- d) Garantir a distribuição dos caçadores/participantes pelas portas, a sua recolha no final da jornada, bem como a recolha das reses abatidas;
- e) Providenciar o serviço de refeições adequado a todos os participantes.

CLÁUSULA SEGUNDA

(SUBSÍDIO)

Para permitir a concretização e implementação das tarefas e obrigações supratranscritas, ao Clube de Caçadores, a entidade gestora atribui um subsídio no valor de €3.000,00.

CLÁUSULA TERCEIRA

(RESPONSABILIDADES)

1. A entidade gestora assegura a comparticipação dos recursos financeiros mencionados anteriormente.



2. O Clube de Caçadores assegura a operacionalização e efetivação das tarefas objeto deste protocolo.

CLÁUSULA QUARTA

(VALIDADE)

1. O presente protocolo produz efeitos a partir do momento da sua assinatura e caducará com a realização da atividade em causa.

CLÁUSULA QUINTA

(Disposições Finais)

1. Em tudo quanto não se encontre expressamente regulado no presente protocolo, observar-se-á o disposto na lei geral aplicável;
2. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa que não sejam sanados por acordo entre as partes, serão submetidos a arbitragem, nos termos Legais.

A minuta deste protocolo foi aprovada pela Câmara Municipal em ___ de janeiro de 2015.

A despesa resultante deste protocolo no valor de €3.000 (três mil euros) encontra-se cabimentada no orçamento municipal em vigor. A verba de €3.000 (três mil euros) está prevista na classificação económica _____ e GOP _____. Os números de compromisso para esta despesa é o _____.

Do documento de quitação deverá constar o número do compromisso válido e sequencial, conforme o disposto na lei numero 7/____, de ____ de _____, e no Decreto-lei numero 127/2012, de 21 de junho sob pena de devolução imediata.

Para efeitos do cumprimento da lei numero 8/2012, de fevereiro e do disposto no Decreto-Lei numero 127/2012, de 21 de junho, anexam-se as fichas de compromisso válido e sequencial.



Prevalece sobre o presente protocolo o previsto na lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, nos termos do seu artigo 13.º, e o disposto no Decreto-Lei numero 127/2012, de 21 de junho, obrigando-se as partes ao seu escrupuloso cumprimento.

Alvaiázere, __ de _____ de 2015

A Vice-Presidente da Câmara Municipal
de Alvaiázere

O Presidente da Direção do Clube de
Caçadores do Concelho de Alvaiázere

(Arq. Célia Margarida Gomes Marques)

(Luís Miguel Carvalho Guerreiro)






